

Coluna do Castelo

Está sendo negociada a convocação do Congresso

O governo do presidente Collor e o comando do Congresso estão se entendendo em bases objetivas, a partir da concordância quanto à abertura da economia e o estabelecimento de pressupostos legais para efetivá-la. O diálogo entre o presidente da República e os presidentes da Câmara e do Senado parece fluir na base de interesses comuns e de uma visão uniforme da política econômica. Tudo poderá ser facilitado se as lideranças governistas e do PMDB firmarem acordo para aprovação do projeto de reforma tributária, que poderá ser votado hoje, quarta-feira, único dia da semana em que as casas legislativas costumam deliberar.

O acordo, como se sabe, faz-se em torno das medidas postuladas pelo governo sobre as quais há consenso salvo quanto a pormenores pouco expressivos. A condição do PMDB para o acerto final é a concordância do governo com percentagens de obrigação de resgate das dívidas dos estados, cuja rolagem está em princípio definida. Os governadores exercem forte influência não só junto ao PMDB como ao PDT, legenda que abriga a chefia de três governos estaduais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

A expectativa é de que haja entendimento e votação no plenário. O governo não conviveria com um adiamento da decisão legislativa e na eventualidade disso ocorrer está preparado para editar medida provisória que tornaria automática a convocação extraordinária do Congresso, que o comando parlamentar tenta ainda evitar.

O presidente da República tem examinado a hipótese da convocação ex-



traordinária apenas para a votação das emendas constitucionais de ajuste fiscal e de abertura do mercado, coisas que, se votadas sem mais delongas, favoreceriam o en-

trosamento da economia brasileira na linha aberta pelas negociações com o FMI. Para que a convocação tenha utilidade, no entanto, será necessária a concordância das presidências das duas câmaras bem como a anuência das lideranças dos principais partidos de oposição, como o PMDB e o PSDB.

O consenso é condição indispensável para o êxito da reunião do Congresso a partir de 15 de janeiro. Do contrário ela produziria sessões sem presença de parlamentares ou serviria apenas para abertura de um debate inócuo em torno das propostas do governo. O líder do governo no Senado, Marco Maciel, tem explicitado ser necessária a prévia garantia de exame e aprovação das emendas que se afiguram urgentes ao governo. A conversa de Collor com Ibsen Pinheiro e seu programado encontro com Mauro Benevides poderão fixar a concordância sobre o período de reunião extraordinária e as tratativas no nível das lideranças poderão sinalizar para a viabilidade da aprovação já de pelo menos duas das emendas do governo.

Enquanto isso, na ausência do presidente, que visita a Itália, o Congresso delibera sobre o projeto de reforma tributária seja para adotá-lo já, conforme as expectativas, seja para adiá-lo e provocar, assim, a convocação extraordinária automática pela edição da medida provisória que substituiria o projeto de lei para assegurar sua vigência no próximo exercício financeiro.